

DOCUMENTO SÍNTESE:

Cenário Atual do Estado

ANEXO I

1. Uma Visão Geral do Estado:

O Governo do Estado do Piauí, neste início de século XXI, tem enorme desafio em todas as áreas da vida da população piauiense. Apesar dos avanços que as estatísticas sociais e econômicas têm evidenciado, principalmente nas últimas três décadas, o ritmo dos melhoramentos e progresso ainda é muitíssimo inferior ao das demandas e necessidades do povo. Em todas as áreas, social (saúde, educação e assistência), econômica (agropecuária, industrial e serviços) e política (representação e associativismo) coloca-se o Estado diante de um enorme passivo de bens a conquistar e consolidar.

O Plano Plurianual é um instrumento de política de governo, cuja elaboração se realiza de conformidade com o disposto no § 1º do Art. 178 da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 05, de 12 de junho de 1991, e tem como finalidade estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Para além de sua formatação legal, como instrumento político-administrativo o papel deste Plano Plurianual 2004/2007 é deslindar os passos a serem dados rumo à construção de um Piauí, cujas marcas principais sejam: a participação e a transparência; o desenvolvimento econômico e social sustentável, com erradicação da miséria; a modernização do Estado; e a segurança do cidadão.

A elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 tem, neste ano, uma significativa circunstância histórica favorável, quando os poderes federal e estadual encontram-se irmanados em torno das mesmas idéias e propósitos, atentos ao

resgate da enorme dívida social, construída ao longo dos séculos, para com largos setores da cidadania brasileira.

Como no planejamento governamental federal, o PPA 2004/2007 foi construído para mudar o Piauí, numa perspectiva de médio prazo, através da implantação de novas prioridades governamentais, a começar do próprio processo participativo que lhe deu origem, pela execução do projeto das Conferências Regionais de Desenvolvimento, como momento ímpar da participação da sociedade civil organizada no processo de discussão do planejamento estadual.

Este documento foi construído a partir de uma assertiva objetiva e poderosa: o Piauí é um estado rico. Não faltam ingredientes fundamentais que devem estar presentes na empreitada do desenvolvimento econômico e social de qualquer região, mas ainda assim, em nome da transparência e honestidade de compromisso com o povo do Piauí são apresentadas estatísticas econômicas e sociais preocupantes, que revelam terem sido os índices de crescimento econômico e desenvolvimento humano dos últimos decênios muito abaixo do desejável.

Assim, tendo em vista a dimensão de miséria e pobreza que se afigura a uma parte significativa da população, especialmente a que reside nas zonas rurais, é importante que todos estejam conscientes de que mudar este Estado é uma tarefa que exigirá paciência, esforço e dedicação de cada piauiense que deseja o melhor para si e sua gente.

Neste sentido, como no Brasil, os problemas principais a enfrentar são: a concentração social e espacial da renda e da riqueza; a pobreza e a exclusão social; o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania; as ameaças de degradação ambiental; a baixa taxa de criação de empregos e as barreiras que impedem ganhos de produtividade nas atividades econômicas, principalmente as que se desenvolvem na zona rural. Além disto, como se verá, o comprometimento das contas públicas com os encargos da dívida, com as despesas de pessoal, inclusive a assistência e previdência do servidor, embora essenciais, têm importado a deterioração, ao longo dos anos, da capacidade de investimento estadual em áreas produtivas prioritárias.

Acresce a esta constatação, o fato de que os percentuais de investimento dos recursos públicos nas áreas de saúde e educação, apesar das vinculações a

percentuais estabelecidos juridicamente, não têm sido capazes de reformatar o quadro de nossos índices sociais, levando a duas constatações básicas:

- i) é preciso ainda grande investimento na melhoria de educação e saúde, importando um padrão de mudanças na gerência, monitoramento e avaliação dos serviços levados a efeitos nestas áreas, como já se tem indicado a partir deste ano de 2003;
- ii) é necessário igualmente, recompor as finanças públicas para que o investimento produtivo, em infra-estrutura, por exemplo, e a capacidade de atração de investimento privado permitam aumentos substantivos do PIB estadual e, por conseqüência, ganhos de escala na arrecadação estadual, que viabilizarão novos investimentos em áreas produtivas e maior disponibilidade de recursos para investimento social.

Sem a clareza destes dois fatores, o Governo do Estado do Piauí não será capaz de lograr mudar a vida do povo piauiense, reproduzindo as condições injustas e desiguais que até aqui têm marcado a convivência social em nosso território.

Tendo em vista estas prioridades gerais, importa mostrar que nos próximos quatro anos será buscada a consolidação das bases de um novo modelo de desenvolvimento estadual, que em sintonia com os ditames da economia nacional, cujo eixo central de crescimento estará voltado para o incremento do consumo de massa da população, viabilizará a infra-estrutura necessária às regiões mais produtivas e incentivará as interrelações entre o agronegócio e a agricultura familiar, a partir da exploração das vantagens naturais que o Estado apresenta, entre as quais os recursos hídricos e minerais e a disponibilidade de terras agricultáveis.

O objetivo geral será o de conferir dinamismo ao setor rural, onde está concentrada a parcela mais expressiva da miséria e pobreza, portanto, onde estão também delineadas as possibilidades de rápido incremento dos padrões de vida dos piauienses em velocidade compatível com os anseios e esperanças do povo. Mais do que isto, como a estratégia estará voltada ao aproveitamento das vantagens já existentes, não só em termos de recursos naturais, mas em bens sociais e culturais,

o processo de adaptação dos indivíduos às novas condições de progresso material e cultural de sua condição será melhor assimilado.

Neste sentido, a transformação de parcela significativa de nossa agricultura de subsistência em atividade econômica produtiva e dotada de rentabilidade monetária constitui desafio, que importa na implantação do agronegócio como uma das alavancas da economia estadual. Estará aí também concentrado o esforço de integração produtiva com novos setores industriais, que têm potencial de agregar valor à produção agrícola local, bem como de gerar empregos nas zonas urbanas dos maiores municípios do Estado. Finalmente, a preocupação com a atração do investimento privado em áreas estratégicas também compõe um eixo fundamental da política econômica e do planejamento estadual no médio prazo, sempre em vista da melhoria dos padrões de vida da população.

Trata-se, enfim, de uma visão sistêmica, que procura apontar os caminhos da ação governamental a partir de uma interpretação positiva das potencialidades, atentando às demandas da própria população e propondo, ao mesmo tempo, intervenções essenciais, tanto no campo social, quanto no econômico, concertando uma estratégia a favor dos pobres, baseada no seguinte tripé:

- (i) fortalecimento da infra-estrutura;
- (ii) resgate da cidadania; e
- (iii) dinamismo no desenvolvimento sustentável.

1.1.: A Realidade Populacional do Piauí:

Um dos primeiros pontos básicos para descrição da realidade piauiense é observar as características da evolução de sua população, tanto em crescimento quanto na sua distribuição pelo território em um período mais largo de tempo. Em função do trabalho do IBGE, no sentido de colher as “Estatísticas do Século XX”, esta tarefa torna-se um tanto mais fácil, portanto, recorre-se a elas para avaliar-se em que medida o Piauí avançou no século passado, o que indicará, certamente, o tamanho dos desafios a serem enfrentados pelo governo estadual neste início de novo século.

No que é relativo às taxas de crescimento populacional, entre os anos 1940 e 2000, o que se nota é um forte avanço da população urbana, desde a década de 1960, crescendo o Estado a taxas superiores às médias nordestina e brasileira, para todas as comparações intercensos registradas nas Tabelas 1 e 2.

Contudo, à exceção do último período 1991/2000, quando se registrou crescimento negativo da população rural maior que as médias regional e nacional, em todos os demais períodos a velocidade de crescimento deste setor da população contribuiu para que fosse alcançada, em 2002, segundo os dados da IBGE/PNAD, uma participação de 39% de residentes rurais na população total do Estado, correspondentes a 1.134.832 pessoas, numa população situada em torno dos 2.904.389 habitantes.

Tabela 1 – Taxa Média Geométrica de Incremento Anual da População Residente, por situação de domicílio, Brasil, Nordeste e Estados – 1940 – 1970.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente (por 100 hab.)								
	1940/1950 (1)			1950/1960 (2)			1960/1970		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil.	2,39	3,91	1,60	2,99	5,15	1,55	2,89	5,22	0,57
Nordeste..	2,27	3,51	1,84	2,08	4,63	1,02	2,40	4,57	1,10
Maranhão	2,55	4,05	2,27	4,50	4,68	4,42	1,94	5,59	0,98
Piauí	2,56	3,28	2,40	1,69	5,20	0,88	3,07	6,51	1,81
Ceará	2,65	3,71	2,27	2,96	4,84	0,85	2,84	4,94	1,62
Rio Grande do Norte	2,43	4,52	1,72	1,65	5,28	0,04	3,07	5,59	1,26
Paraíba	1,93	3,97	1,26	1,52	4,25	0,36	1,76	3,69	0,58
Pernambuco	2,43	4,09	1,63	1,86	4,49	0,19	2,34	4,41	0,35
Alagoas	1,45	2,29	1,13	1,38	3,85	0,37	2,36	4,16	1,33
Fernando de Noronha	5,98	5,98	-	8,12	8,12	-	1,12	1,12	-
Sergipe	1,76	2,15	1,59	1,54	3,47	0,50	1,82	3,66	0,49
Bahia.	2,16	2,97	1,89	2,01	4,90	0,80	2,38	4,26	1,26

Tabela 2 – Taxa Média Geométrica de Incremento Anual da População Residente, por situação de domicílio, Brasil, Nordeste e Estados – 1970 – 2000.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente (por 100 hab.)								
	1970/1980			1980/1991			1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil..	2,48	4,44	0,62	1,93	2,97	(-) 0,67	1,63	2,45	(-)1,32
Nordeste.	2,16	4,10	0,53	1,83	3,55	(-) 0,28	1,30	2,78	(-) 1,39
Maranhão.	2,93	5,26	2,04	1,93	4,19	0,69	1,53	6,15	(-) 2,85
Piauí	2,44	5,28	0,82	1,73	3,90	(-) 0,19	1,08	3,05	(-) 1,58
Ceará	1,95	4,67	0,41	1,70	3,63	(-) 1,06	1,73	2,76	(-) 0,47
Rio Grande do Norte	2,05	4,22	0,37	2,22	3,74	(-) 0,44	1,55	2,23	(-) 0,10
Paraíba.	1,52	3,76	0,44	1,32	3,21	(-) 1,26	0,81	1,98	(-) 1,59
Pernambuco	1,76	3,02	0,04	1,36	2,66	(-) 1,15	1,18	2,05	(-) 1,23
Alagoas	2,24	4,45	0,51	2,18	3,87	0,23	1,29	2,93	(-) 1,51
Fernando de Noronha.	0,30	0,30	-	(3) ...	(3) ...	(3) ...	(3) ...	(3) ...	(3) ...
Sergipe	2,38	4,05	0,74	2,47	4,50	(-) 0,60	2,01	2,70	0,48
Bahia.	2,35	4,21	0,84	2,09	3,79	0,11	1,09	2,52	(-) 1,33

No que é relativo à densidade demográfica, o Piauí tem ainda um dos menores índices do país e o menor da região Nordeste, seguindo uma trajetória histórica ascendente em que a ocupação física do território multiplicou-se em pouco menos de quatro vezes. Este número indica, portanto, a associação de dois dados

importantes e que merecerão cuidado dos programas governamentais estaduais nos próximos quatro anos. Em primeiro lugar, a sociedade piauiense ainda conta com um enorme contingente populacional rural, fator que associado à baixa produtividade de nossa agricultura, fortemente vinculada a atividades de subsistência, termina por contribuir para um desempenho ruim dos dados gerais de qualidade de vida do povo.

Em segundo lugar, tendo em vista o contraste entre a riqueza e abundância de recursos naturais, especialmente os recursos hídricos e minerais, tem-se, também, uma população pequena e mal distribuída territorialmente, de vez que na região dos Cerrados, ainda é possível encontrar enormes vazios demográficos, enquanto nas cidades ao Norte, o contingente populacional se adensa sobremaneira.

De qualquer modo, é necessário verificar sempre a alternativa de crescimento das atividades rurais, principalmente na chave da agricultura familiar e da exploração das potencialidades dos arranjos produtivos, como maneira de realizar a qualidade de vida e o crescimento da riqueza de modo mais eqüitativo e voltado aos que mais necessitam.

Tabela 3 – Densidade Demográfica – Brasil, Região Nordeste e Estados – 1940 – 2000.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	4,88	6,14	8,29	11,01	14,07	(1) 17,18	(1) 18,38	(1) 19,32
Nordeste.	9,36	11,65	14,38	18,23	22,57	(2) 27,22	(2) 28,68	30,69
Maranhão...	3,81	4,88	7,61	9,22	12,31	14,79	15,67	17,00
Piauí..	3,26	4,17	4,95	6,70	8,52	10,23	10,59	11,31
Ceará..	14,24	18,36	22,45	29,71	36,02	43,50	46,53	50,91
Rio Grande do Norte.	14,49	18,26	21,61	29,24	35,80	45,31	48,00	52,22
Paraíba	25,23	30,39	35,49	42,27	49,14	56,57	58,42	61,05
Pernambuco	27,35	34,55	41,67	52,51	62,49	72,04	74,79	80,30
Alagoas	34,40	39,53	45,50	57,43	71,70	90,00	94,27	101,34
Fernando de Noronha	...	23,24	55,56	49,64	51,16	(3) ...	(3) ...	(3) ...
Sergipe	24,66	29,30	34,20	40,95	51,84	67,66	73,65	81,13
Bahia	7,00	8,63	10,57	13,38	16,88	20,92	22,11	23,16

(1) Inclusive as Ilhas da Trindade e Martins Vaz.

(2) Inclusive a região em litígio entre Piauí e Ceará.

(3) A partir de 1989, constitui Distrito Estadual do Estado de Pernambuco.

Importa também descrever como esta população encontra os meios de sobrevivência, através das diversas atividades econômicas que se desenvolvem no território. Deste ponto de vista, cabe apresentar alguns dados sobre trabalho e rendimento da população, desta feita originários da compilação realizada pela Sudene no volume "Região Nordeste em Números", neste ano de 2003. Os primeiros números apresentados são então, relativos à ocupação e rendimento da população.

Tabela 4 – Indicadores da População de 10 anos e mais, Economicamente Ativa e Ocupada do Brasil, Nordeste e Piauí – 1992/2001.

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES – Piauí	
	1992	2001
Pop. Res. de 10 e +	1.942.323	2.278.565
Pop. Idade Ativa (hab.)	1.152.824	1.362.330
Pop. Econ. Ativa (hab.)	1.107.654	1.287.021
Pop. Ocupada (POC)		
Taxa de Atividade (%)	59,4	59,8
Distribuição da POC (%)		
Agrícola	51,3	45,3
Indústria	10,5	10,4
Serviços	37,4	43,3
Outras atividades	0,8	1,0
C/ rend. até 1 SM	48,2	43,7
C/ rend. + de 1 a 3 SM	16,4	23,7
C/ rend + 3 a 5 SM	2,2	4,1
C/ rend + 5 a 10 SM	1,6	2,1
C/ rend + 10 a 20 SM	0,8	1,3
+ de 20 SM	0,3	0,3
Sem rendimento (1)	29,7	23,9
Sem declaração	0,9	1,0

Fonte: IBGE – PNADs 1992; 2001; MI; PNUD/SIG (1) Inclusive pessoas que só recebem em benefício

Um primeiro item importante, que é plenamente condizente com a estratégia delineada para o crescimento econômico estadual nos próximos quatro anos, tem relação com os números apresentados na Tabela 4, acima. Eles mostram inicialmente que, apesar da população ocupada com atividades agrícolas no Piauí ter caído seis pontos percentuais ao longo da década de 1990, ela é ainda mais do que o dobro da média nacional, pela mesma fonte de dados, que apontava para um número nacional de 20,6% em 2001.

Esta excessiva colocação da mão de obra ocupada em atividades agrícolas, também tem reflexo sobre o perfil de renda da população, que concentrava em 2001, 67,4% na faixa de rendimento de até 3 salários mínimos, sendo que na faixa até 1 salário, ganhavam cerca de 44% da população ocupada estadual. Novamente, percebe-se uma melhoria dos índices, mas quando se faz o cotejo de números nacionais, as diferenças e necessidades tornam-se mais claras. Pois, apesar de 63% da população ocupada do país receber até 3 salários, a maior quantidade destas, cerca de 39%, estava situada na faixa de 1 a 3 salários.

O mesmo é verdadeiro para a célula dos sem rendimento, em que estão também computadas pessoas que receberam renda apenas em benefício. No Piauí, entre 1992 e 2001, houve redução de quase seis pontos percentuais no número de declarantes sem rendimento, mas ainda assim, eles perfazem cerca de um quarto da população ocupada estadual, quando em números nacionalizados, este percentual é de 11,6%. Pode-se igualmente destacar o fato de que 10,4% da população piauiense estavam ocupados em atividades industriais, número que basicamente não se modificou durante a última década do século XX, demonstrando a fragilidade do setor na economia estadual.

1.2. Características da Atividade Econômica Rural Piauiense:

Levando em consideração esta proeminência das atividades rurais na ocupação da população, cabe observar alguns números da evolução das atividades econômicas do setor primário da economia do Piauí, observando aqueles que cotejam indicadores relativos aos vários Censos Agrícolas promovidos pelo IBGE, cujo último ano foi o de 1996, conforme a Tabela 5 abaixo.

O primeiro dado a ressaltar diz respeito à queda do número de estabelecimentos agrícolas estaduais, que variou negativamente em torno de 4,5 pontos percentuais entre os anos de 1985 e 1996. Diga-se de passagem, que os dados mostram claramente variações negativas e positivas que, ao final, não estabelecem uma tendência clara da curva de comportamento do número de estabelecimentos agrícolas no Piauí.

Por outro lado, tem havido uma tendência de aumento do número de proprietários rurais, em linha ascendente bastante consistente ao longo dos anos analisados. Portanto, o número de proprietários, até 1996, cresceu em torno de 27,5%, tendo diminuído ao mesmo tempo a quantidade de arrendatários e parceiros, respectivamente em 62% e 27,6%. Porém, o número de ocupantes cresceu em torno de 26%, demonstrando, àquela época, a raiz de alguns dos problemas fundiários do Piauí.

No que é relativo ao pessoal ocupado, há uma tendência de aumento progressivo da mão de obra utilizada no campo entre os anos de 1970 até 1985. No Censo Agropecuário de 1996, porém, verifica-se forte retração do pessoal ocupado, algo em torno de um quarto da população encontrada em 1985. Na sua distribuição entre sexo, as variações existem, mas não são significativas, de vez que no início e final dos períodos apresentados, as proporções permanecem basicamente estáveis, sendo que em 1996, 63% da população ocupada em atividades rurais era composta de pessoas do sexo masculino e 37% do sexo feminino.

Quanto à utilização da terra, de uma área total de 9.659.972 ha, cerca de 79%, em 1996, permaneciam inexplorados, sendo 47,8% constituídos de matas naturais, 26,7% de terra produtivas não exploradas, sendo os demais 25,5% relativos a pastagens naturais.

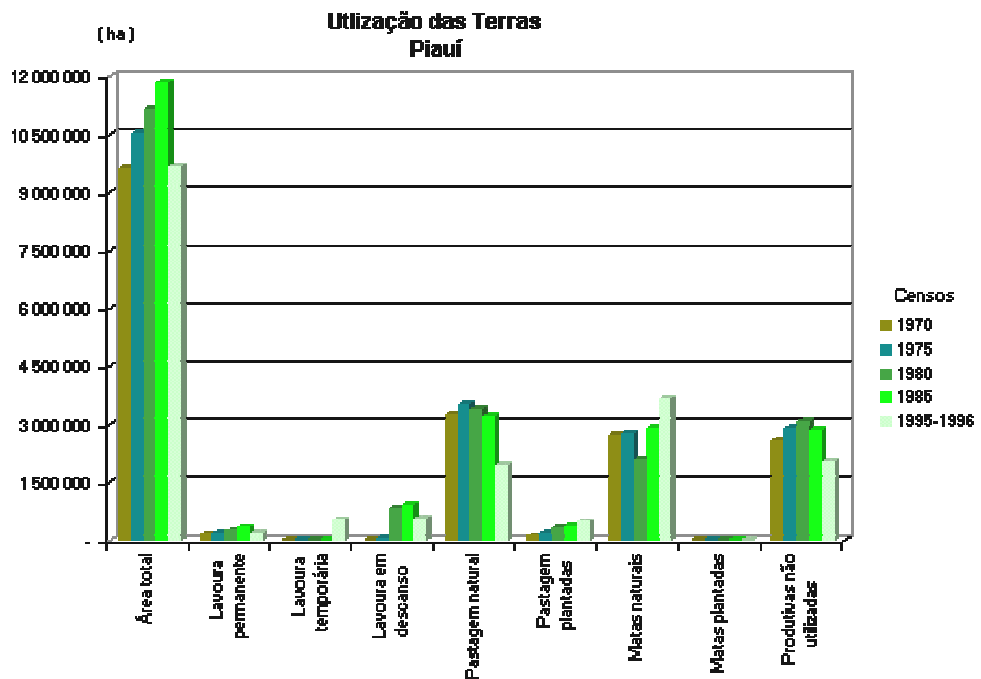
Desta maneira, ainda que se considere a utilização de pastagens naturais pela pecuária extensiva, em meados da década passada havia ainda uma enorme subutilização do potencial produtivo da agropecuária, algo em torno de 62% das terras produtivas estaduais, estavam sem qualquer utilização. Novamente, se levada em consideração a situação de miséria e pobreza estaduais, estamos diante de um quadro profundamente injustificável.

Tabela 5. Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves	1970	1975	1980	1985	1995/1996
Estabelecimentos.	217 995	216 704	249 129	270 443	208 111
Condição do produtor					
Proprietário.	73 761	79 241	82 195	91 773	94 032
Arrendatário.	50 480	54 296	48 215	37 411	19 141
Parceiro.	43 772	37 240	52 992	61 498	31 677
Ocupante.	49 982	45 927	65 727	79 761	63 261
Utilização das terras (ha)					
Área total (ha)	9 606 731	10 523 517	11 162 097	11 828 026	9 659 972
Lavoura permanente.	144 890	156 473	237 407	330 660	169 431
Lavoura temporária.	491 202	530 065	755 603	744 289	506 735
Lavoura em descanso.	-	41 103	789 467	876 894	540 480
Pastagem natural.	3 251 161	3 527 964	3 386 347	3 189 138	1 939 008
Pastagem plantadas.	101 322	171 871	297 045	360 946	459 438
Matas naturais.	2 684 455	2 732 613	2 069 280	2 878 541	3 643 150
Matas plantadas.	6 824	116	4 620	5 287	3 006
Produtivas não utilizadas.	2 556 631	2 871 996	3 064 929	2 833 208	2 037 272
Pessoal ocupado.	518 736	613 521	790 326	818 465	666 465
Homens.	352 894	385 486	529 244	525 700	424 945
Mulheres.	165 842	228 035	261 082	292 765	241 520
Tratores.	244	370	1 622	2 057	2 402

Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos, área total, utilização das terras, pessoal ocupado e tratores, referem-se a 31.12.1995 e os efetivos da pecuária a 31.07.1996.

A Figura 1 abaixo, procura demonstrar visualmente a evolução da utilização das terras estaduais no período em que se dispõe de dados censais, tornando-se mais evidente a reflexão adiantada acima, quanto à subutilização do território piauiense para fins das atividades da agropecuária.



Esta deficiência parece ainda mais evidente quando observamos as áreas e quantidades colhidas dos principais produtos das lavouras permanente e temporária. Dois aspectos porém, têm de ser observados. Primeiro, os números apresentados para as áreas colhidas são relativos a momentos temporais, indicando a variação bruta da utilização da terra para o cultivo. Segundo, deve-se levar em consideração sempre as circunstâncias climáticas na interpretação dos números, em se tratando de Nordeste brasileiro.

Tendo estas advertências em consideração, a Tabela 6 apresenta um quadro típico das dificuldades enfrentadas pelo setor primário estadual. A partir dos dados dos anos 1990 e 2001, há perdas significativas nas áreas colhidas das principais culturas estaduais, sejam as temporárias ou as permanentes, de maneira que, apenas a soja em grão revela-se com expansão forte, de mais de 3.800% nos anos indicados.

Tabela 6 – Área Colhida, das Principais Culturas Agrícolas Temporárias e Permanentes do Estado do Piauí – 1990/2001

Produtos	1990	2001	% Variação 1990/2001
Temporários			
Algodão Herbáceo	15.237	8.107	-47,1
Arroz	235.426	156.628	-33,5
cana-de-açúcar	19.326	6.939	-64,1
Feijão (em grão)	284.698	200.215	-29,7
Mamona	13.660	216	-98,4
Mandioca	168.216	41.209	-75,5
Milho (em grão)	394.683	276.462	-30,0
Soja (em grão)	1.560	61.841	3.864,2
Permanentes			
Algodão arbóreo	124.677	100	-99,9
Banana	4.775	2.828	-40,8
Castanha de Caju	167.905	147.677	-12,0

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) 2001; MI; PNUD/SIG

Quando se observa a Tabela 7, mais complexa na apresentação dos dados, pois constam as quantidades produzidas nos anos de 1990, 1996, 2001, 2002 e projeções do IBGE para 2003, para as culturas temporárias e permanentes do Piauí, as dificuldades da lavoura piauiense se tornam ainda mais evidente.

No comparativo entre os anos de 1990 e 2002, as variações negativas nas quantidades colhidas são a tônica para quase todos os produtos constantes da Tabela 7. Permanece porém, o destaque para a soja, que além de aumentar sua área de plantio, também teve a produção de grãos aumentada em cerca de 10.000 vezes, de vez que no início dos 90, praticamente ainda não havia atenção do produtor piauiense àquela cultura. Em segundo lugar, a produção da banana cresceu substancialmente entre os dois anos base, multiplicando-se a quantidade produzida em cerca de 440%.

Registre-se igualmente que, em termos das projeções realizadas para a produção no ano de 2003, espera-se a recuperação da maioria das lavouras, de vez que houve regularidade nas precipitações pluviométricas em regiões importantes da

produção estadual. Todavia, quando observados mais atentamente os números, mesmo diante desta circunstância favorável, culturas como a do algodão herbáceo, da cana de açúcar, da mamona e do algodão arbóreo, de relativa importância para a economia estadual, ainda verificarão níveis de produção abaixo dos realizados em 1990.

Tabela 7 – Quantidade Produzida, das Principais Culturas Agrícolas Temporárias e Permanentes do Estado do Piauí – 1990, 1996, 2001 e 2002 (em ton)

Produtos	1990	1996	2001	2002	2003(*)	Varição 1990/2002 (%)
Temporários						
Algodão Herbáceo	4.431	1.336	2.814	2.483	3.380	-56,0
Arroz	142.499	160.678	163.160	89.917	218.964	-36,9
Cana-de-Açúcar	1.562.485	502.434	394.077	409.295	400.612	-73,8
Feijão (em grão)	47.701	50.120	30.136	27.615	62.344	-42,1
Mamona	4.759	28	85	86	234	-98,1
Mandioca	2.296.626	215.626	428.747	--	--	-81,3
Milho (em grão)	90.697	150.394	144.270	82.700	267.159	-8,81
Soja (em grão)	906	6.925	128.315	91.014	308.225	10.045,7
Permanentes						
Algodão arbóreo	9.004	65	9	7	31	-99,9
Banana (1)	7.892	1.798	35.508	34.877	32.383	441,9
Castanha de Cajú	23.897	24.259	18.850	16.814	46.656	-29,6

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2001; MI; PNUD/SIG (1) Produção em mil cachos.

Para o ano de 1996, a Fonte é o Censo Agrícola, IBGE, 1995/1996. Os dados de 2002 e estimativas de 2003 foram retirados da publicação "O Piauí Hoje", da Fundação Cepro, que se utilizou do IBGE – LSPA/GCEA. (*) As estimativas de 2003 tem como base o mês de maio/2003.

Ainda do ponto de vista da descrição da situação estadual, vale adiantar como se comportou durante a década de 1990 o quantitativo de criações no Estado, com ênfase para os rebanhos bovino, suíno, ovino e caprino. No que se refere, por exemplo, ao rebanho bovino, houve durante o período o registro do decréscimo de cerca de 10% do número de cabeças existentes no Estado. O mesmo aconteceu em relação aos rebanhos suíno e caprino, que tiveram quedas ainda mais expressivas de 17% e 27%, respectivamente. Apenas o rebanho de

ovino cresceu, em valor da ordem de 17%. Destaque-se igualmente, que o comportamento dos rebanhos do Piauí, seguiram de perto a tendência regional e, de certa maneira, também o quadro brasileiro, que só registrou incremento no quantitativo de rebanho bovino, nos anos indicados.

Tabela 8 – Efetivo dos Bovinos, Suínos, Ovinos e Caprinos – Brasil, Nordeste e Piauí – 1990/2001.

	Efetivo dos Rebanhos (1.000 cabeças)							
	Bovinos		Suínos		Ovinos		Caprinos	
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Piauí	1.974	1.792	1.678	1.391	1.211	1.422	2.003	1.455
Nordeste	26.188	23.144	9.691	7.198	7.697	8.059	10.677	8.908
Brasil	147.102	176.389	33.623	32.605	20.014	14.639	11.894	9.537

Fonte: IBGE, PPM (Produção da Pecuária Municipal) 2001; MI; PNUD/SIG

1.3. Aspectos Gerais do Perfil Industrial, Comercial e Exportador:

Concretamente, para finalizar esta análise do quadro atual da economia piauiense nos últimos anos, é importante mencionar os números relativos ao consumo de energia elétrica, que são uma das melhores *proxies* para indicação dos níveis de desenvolvimento econômico de uma região qualquer.

Neste sentido, importa realçar que o Piauí tem o menor consumo de energia elétrica dentre os estados nordestinos, muito embora ele tenha crescido cerca de 70% entre os anos de 1990 e 2001. Para que se tenha uma dimensão do desafio, Sergipe, que é o segundo estado da região que menos consome energia, tem um consumo total 60% maior que o piauiense. Sendo assim, o Piauí tem apenas 0,6% do consumo elétrico para fins industriais da região, sendo que sua participação total é de apenas 2,5% no consumo regional e de 0,45% no consumo nacional em todos os setores, valor exatamente igual ao peso relativo do PIB do Estado no PIB nacional.

Tabela 9 – Participação % Total, Residencial, Industrial e Comercial, de Energia Elétrica, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil – 2001.

Estados	Participação (%)			
	Total	Residencial	Industrial	Comercial
Maranhão	18,6	8,6	27,3	7,0
Piauí	2,5	5,0	0,6	4,1
Ceará	11,7	15,7	8,3	16,2
R. G. do Norte	5,3	7,1	4,0	6,6
Paraíba	5,2	6,8	4,2	5,8
Pernambuco	14,6	21,2	9,1	21,4
Alagoas	6,6	5,2	7,7	5,3
Sergipe	4,5	4,1	4,8	4,2
Bahia	31,0	26,3	34,0	29,5
Nordeste	100	100	100	100

Fonte: Eletrobrás; MI; PNUD/SIG

Os itens da pauta de exportações estadual terminam por delinear em definitivo o quadro básico a partir do qual é possível pensar as estratégias de desenvolvimento do Piauí no próximo quadriênio, levando em consideração as extremas debilidades da economia e o caráter restritivo de sua inserção no cenário econômico nacional e internacional.

Sendo assim, a Tabela 10 revela que o Piauí participou, no ano de 2002, marcado pela retomada do processo de crescimento das exportações brasileiras, contando inclusive com as condições de depreciação do câmbio, com apenas 1% do valor agregado da região Nordeste, o que significou em termos de valores brutos, em dólares americanos, US\$ 48.062.938,00.

Como se sabe, a região Nordeste, ao longo das duas últimas décadas, perdeu dinamismo exportador, e de uma contribuição de cerca de 20% para o conjunto da economia nacional, em 2002, passou regionalmente para apenas 7,7% de contribuição, o que vem denotar que o Piauí foi responsável por apenas 0,08% das exportações do país.

Entre os principais produtos de sua pauta exportadora estiveram as ceras vegetais (19%), a soja (17%), a castanha de caju (13%), produtos têxteis industrializados (14%), o camarão (10%) e pedras para pavimentação (6%), bem

como o mel (3%), que figurou como oitavo produto da cesta exportadora. Reunidos, os produtos referenciados constituíram cerca de 82% de tudo que foi enviado para outras economias.

Tabela 10 – Participação % da Exportação, segundo os Estados da Região Nordeste – 2002

Estados	Participação (%) Exportações Regionais
Maranhão	14,0
Piauí	1,0
Ceará	11,7
R. G. do Norte	4,8
Paraíba	2,5
Pernambuco	6,9
Alagoas	6,4
Sergipe	0,8
Bahia	51,9
Total	100,0

Fonte: GEIPOT; MI; PNUD/SIG

O derradeiro aspecto a ressaltar, neste quadro quanto às condições da atividade econômica piauiense, tem relação com o papel do Estado como ator também econômico, tendo em vista sua significativa presença no PIB estadual e o axioma, de refutação impossível, de que dele depende a economia e que, portanto, sua saúde financeira é elemento vital para recomposição das condições de governabilidade da sociedade do Piauí, bem como das possibilidades de êxito na execução das metas e objetivos de médio prazo da administração pública estadual.

A Tabela 11 indica um primeiro dado objetivo para análise da situação da gestão estadual em face do comprometido do Tesouro com as parcelas de vencimento do contrato da dívida. Mostra portanto, as condições em que vários Estados nordestinos tiveram seus acordos de renegociação aprovados pelo Senado Federal. Na tabela, torna-se visível que os termos acordados para a renegociação dos débitos estaduais foram, de certo modo, desfavoráveis à nossa economia, de vez que outros Estados obtiveram condições mais vantajosas em termos de prazo e limite de comprometimento com os dispêndios mensais do contrato.

Tabela 11 – Condições de refinanciamento da dívida estadual

UF	Assinatura do Contrato	Prazo (no. de anos)	Limite de Comprometimento (%)	Encargos (% a.a.)
Maranhão	22.01.1998	30	13	IGP-DI + 6,0
Piauí	20.01.1998	15	13	IGP-DI + 6,0
Ceará	17.10.1997	15	12	IGP-DI + 6,0
R. G. Norte	26.11.1997	15	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
Paraíba	31.03.1998	30	11 a 13	IGP-DI + 6,0
Pernambuco	23.12.1997	30	12	IGP-DI + 6,0
Alagoas	29.06.1998	30	15	IGP-DI + 7,5
Sergipe	27.11.1998	30	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
Bahia	01.12.1997	30	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
São Paulo	22.05.1997	30	8,86 a 13	IGP-DI + 6,0
R.de Janeiro	29.10.1999	30	12 a 13	IGP-DI + 6,0
M. Gerais	18.02.1998	30	6,79 a 13	IGP-DI + 7,5
R. G. do Sul	15.04.1998	30	12 a 13	IGP-DI + 6,0

Fonte: Mora, Mônica. "Federalismo e Dívida Estadual no Brasil", IPEA, TD no. 886, p. 24. Os dados foram retirados das Resoluções aprovadas no Senado Federal, disponíveis no endereço www.senado.gov.br

Além disso, posteriormente à negociação, novos empréstimos foram sendo contratados, configurando uma dívida que é chamada, extra-limite. Em números de 2003, os valores de dispêndio do Tesouro Estadual com os desembolsos das dívidas intra e extra limite têm correspondido a cerca de 22% da RCL, tornando-se um dos problemas mais graves para a recuperação da capacidade de investimento estadual.

Cabe anotar igualmente, que a dívida pública do Piauí, em números para o ano de 2000, que pouco se alteraram até o ano de 2003, correspondia a 1,91 vez a nossa Receita Corrente Líquida (RCL) ou o equivalente a cerca de 50% do Produto Interno Bruto estadual. Em números relativos, o Piauí possui a segunda maior dívida do Nordeste, perdendo apenas para o Maranhão, cuja dívida representava 2,14 vezes a RCL estadual. Atualizado, o saldo devedor em 30 de julho de 2003, o valor total do débito ainda corresponde a R\$ 2,73 bilhões, representando, como previsão orçamentária para o ano de 2004, cerca de 18% dos gastos totais do Estado.

1.5. A Realidade Social: Educação, Saúde e Saneamento:

A partir de uma visão macro do atual momento econômico brasileiro, do qual o Piauí não pode fugir, tem-se um cenário de dificuldades no qual assumem relevância prioridades como: a busca do equilíbrio financeiro, a contenção da ameaça inflacionária, e o controle das taxas de juros, fiel entre o equilíbrio das contas e a credibilidade do mercado externo. Essa conjuntura impõe momentâneo refluxo no volume de investimentos públicos, ainda que contrarie a vontade governamental de mudar esta situação.

O cenário nacional tem seu corolário no Estado do Piauí, com o agravante de que, proporcionalmente, este Estado é demasiado pequeno diante da União, para cuja economia contribui com menos de 0,5%, e para a população com pouco menos de 2%.

Trabalho específico de análise proposto pelo Banco Mundial para em economia piauiense, finalizado em 2003, enfatiza que em relação aos indicadores sociais, o Piauí tem um dos piores índices entre os Estados brasileiros e que, no que se refere aos dados da renda mesmo admitindo alguns parâmetros usados para o cálculo da pobreza rural no Brasil, o Piauí aparece como o segundo estado mais pobre com relação à renda per capita.

Quando, no entanto, se utilizam métodos de cálculos mais sofisticados, o Piauí aparece como um dos Estados em que a pobreza é mais enraizada no país. A partir de elaborações em torno dos dados da PNAD, mostra-se que o Piauí tem o segundo mais alto índice de pobreza da região, se medido pela proporção da renda total do Estado. A extensão da pobreza, Tabela 12, vista pelo lado social, indica que a quantidade de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza é maior do que os das pessoas que estão perto da linha de pobreza, e que o Piauí, particularmente, só ultrapassa o Maranhão, sendo que sua pobreza é quase 40% maior do que a Estado da Bahia, por exemplo.

Tabela 12 - Como o Piauí é comparado em Renda, Desigualdade e Pobreza

	População (milhões)	Renda Per Capita (R\$)	GINI (Renda)	P₀	P₁	P₂
Brasil	169,6	5.648	0.60	27,7%	10,8%	7,5%
Nordeste	47,7	2.603	0.62	52,3%	21,2%	13,8%
Piauí	2,8	1.624	0.60	59,8%	26,4%	17,7%
Maranhão	5,6	1.348	0.58	60,1%	24,2%	14,9%
Ceará	7,4	2.684	0.62	54,5%	22,7%	15,2%
Bahia	13,1	3.014	0.61	51,0%	19,8%	12,8%
Pernambuco	7,9	3.296	0.62	49,4%	20,0%	13,4%

Fonte: População, IBGE 2000; Renda, IBGE 1998, Desigualdade e Pobreza, PNAD 1999.

As relações entre as causas da pobreza/crescimento econômico/urbanização/ascensão social têm sido estudadas com certa ênfase, mas os resultados não conseguem indicar, com clareza, as efetivas soluções para os problemas que a sociedade enfrenta. O crescimento urbano não responde, de modo satisfatório, às necessidades de crescimento social, como não responde às questões básicas da pobreza, da falta de emprego, das falhas no atendimento à saúde, educação e segurança. Há muitos problemas a resolver.

Entre todas as questões fundamentais da pobreza ainda sem resposta adequada está a do desemprego, e os números a este respeito são claros. Na verdade, as soluções para o desemprego não surgirão a curto prazo, pois embora se saiba da sua urgência, também se sabe da dimensão da tarefa que venceu tantas administrações e continua tão presente como sempre.

Entretanto, é curioso observar, considerando as pesquisas do IBGE/PNAD, que a falta de ocupação remunerada para grande parte da população tem sido, de fato, um problema crítico, de caráter permanente, mas, não crescente, mesmo crescendo a população.

Em 1983, a população acima de 10 anos de idade estava composta de 1.550.013 pessoas, das quais 754.632, ou 53,94%, encontravam-se ocupadas. Dezenove anos mais tarde, isto é, no ano 2002, o total daquela população atingiu 2.346.685 pessoas, estando 1.431.292 em atividade, correspondente a 61,0% da população considerada. Ou seja, em termos proporcionais, a quantidade de pessoas em atividade tem crescido mais que a população de pessoas acima de 10 anos, no mesmo período de tempo, conforme pode ser analisado na Tabela 13.

Todavia, esta constatação não pode servir de conforto, porque ainda existe um grande número de pessoas em idade produtiva fora do círculo econômico, sem considerar o fato de que parcela significativa das pessoas com emprego remunerado recebe baixos salários, conforme identificado claramente na Tabela 4. Portanto, a redução da pobreza continua a ser um desafio de difícil solução e que contribui para manter o Estado em posição pouco satisfatória no quesito do desenvolvimento humano.

Tabela 13 - População acima de 10 anos de idade, população economicamente Ativa e respectivos percentuais, em distintos períodos, no Estado do Piauí.

ANOS	População acima de 10 anos de idade (A)	Relação interanual (%)	População Economicamente Ativa (B)	Relação interanual (%)
2002	2 346 685	12,64	1 431 292	7,19
1995	2 083 431	8,12	1 335 289	22,03
1990	1 926 972	15,76	1 094 209	20,61
1985	1 664 556	7,39	907 250	8,50
1983	1 550 013	-	836 154	-

Fonte dos dados básicos: IBGE/PNAD. 1983/1985/1990/1995/2002

Utilizando números do IBGE/PNAD (2002) e observando a dicotomia urbano/rural, percebe-se que a maior parcela das pessoas economicamente ativas e menos beneficiadas com instrução escolar está localizada na área rural. Evidente que esta constatação não surpreende, mas estabelece a convicção de que maiores esforços deverão ser empreendidos no sentido de modificar para melhor a educação no Estado, com mais ênfase para a zona rural, como parte não apenas de um programa de educação convencional e sim de um programa cujos fins confluem para a própria modernização das atividades do setor primário.

A análise da população piauiense economicamente ativa, na sua localização urbano/rural, revela o seguinte quadro, por estrato de anos de estudo:

1. 607.211 pessoas acima de 10 anos de idade, correspondentes a 25,87% do total não têm instrução ou têm menos de um ano de estudo, sendo que 59,50% estão na zona rural;
2. 306.676 pessoas ou 13,08% do total têm de 1 a 2 anos de estudo, dos quais cerca de 54,74% estão na zona rural. Observe-se predomínio de pessoas quase

sem escolaridade sobre os demais grupos, e que, embora a diferença quantitativa seja pequena, o maior contingente está na zona rural;

3. a partir do estrato seguinte, elevam-se as diferenças entre a escolaridade dos segmentos populacionais urbanos e rurais, com notória vantagem para os habitantes urbanos. Cerca de 693.418 pessoas, número que corresponde a 29,54% do total estudado, têm de 3 a 5 anos de estudo, sendo que 38,41% estão na zona rural;

4. quanto maior a escolaridade das pessoas, menor a presença delas no meio rural e essa diferença acentua-se progressivamente, como pode ser observado a seguir. Da população com 6 e até 10 anos de estudo, que corresponde a 434.224 pessoas (18,5%), cerca de 81,67% estão na zona urbana;

5. finalmente, a população economicamente ativa com 11 anos ou mais de estudo está composta de 304.136 pessoas (12,96% do total), das quais 95,30% estão na zona urbana. Depreende-se, como consequência, estar na cidade também a população melhor qualificada para assumir as ocupações mais bem remuneradas.

Tabela 14 – Instrução: pessoas de 10 anos e mais de idade, por Situação de domicílio, segundo os anos de estudo – Piauí.

Anos de estudo	Pessoas de 10 anos e mais de idade				
	Total geral (A)	Total urbano (B)	Total rural (C)	(B)/(A) x 100	(C)/(A) x 100
		2.346.685	1.457.290	889.395	62,09
1 a 2	306.676 (13,08%)	138.796	167.880	45,26	54,74
3 a 5	693.418 (29,54%)	427.066	266.352	61,59	38,41
6 a 10	434.224 (18,50)	354.625	79.599	81,67	18,33
11 e mais	304.136 (12,96%)	289.846	14.290	95,30	4,70
Sem instrução	607.211 (25,87%)	245.937	361.274	40,50	59,50
Não determinados e sem declaração	1.020	1.020			

Fonte dos dados básicos: IBGE/PNAD. 2002

Comentando a respeito de rendimentos e de escolaridade da população, é oportuno acrescentar dados do Banco Mundial, segundo os quais o Piauí apresenta o pior indicador educacional no Nordeste, sendo que os chefes de família têm em média 3,2 anos de escolaridade, enquanto no Maranhão são 3,4 anos e no Nordeste 3,8 anos.

O quadro é similar quanto ao analfabetismo: os índices no Piauí são 23% maiores que os do Nordeste para os homens e 26% maiores para as mulheres. O chefe de família é 3 vezes mais propenso a ser analfabeto do que seus contrapartes em qualquer lugar do Brasil.

O Piauí tem melhores indicadores relativos à saúde. Entretanto, os índices refletem plenamente o status de baixa renda dentro do Brasil. A expectativa

de vida em muitos municípios em sua área mais pobre não excede a variação dos limites entre 55 a 57 anos.

A área de saúde infantil apresenta um quadro que requer toda a atenção do poder público, em decorrência de sua enorme fragilidade. É preocupante saber que sem a efetiva participação do Estado o quadro clínico das crianças até 5 anos de idade tenderia para a desagregação, pois ela encontra-se diretamente associada à escolaridade do chefe de família e ao seu padrão salarial.

As famílias cuja renda mensal está situada em torno de um ou menos salário-mínimo tendem a não poder oferecer alimentos e água de boa qualidade para os filhos de pouca idade, segundo constatou o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, em trabalho conjunto com o IBGE. Na ocasião, foi constatado que, com exceção de Teresina, nos demais municípios do Estado o percentual de crianças de até 5 anos de idade sem acesso a água de boa qualidade situava-se acima de 80%. Sabe-se ser a água origem de enfermidades que põem em risco a saúde infantil, sendo, portanto, um fator de risco que precisa ser eliminado.

Tabela 15 - Moradores em domicílios particulares permanentes, com abastecimento de água, no Estado do Piauí, no ano 2002.

Especificações	Com canalização interna		Sem canalização interna	
	Rede geral	Outro	Rede geral	Outro
Total	1.332.300	150.530	289.821	1.108.265
Urbana	1.274.641	31.634	236.751	204.079
Rural	57.659	118.896	53.070	904.186

Fonte. IBGE/PNAD

Em 1999, 41% dos piauienses tinham água encanada em pelo menos um compartimento de sua casa, a proporção maior que o Maranhão, mas 28% abaixo de outros estados do Nordeste. Tomando juntos esses índices de saúde educação e renda, o Piauí se apresenta como segundo mais baixo índice de desenvolvimento humano (0,547) entre os estados brasileiros (com média de 0,723, sendo mais baixo que o Estado do Maranhão).

Em termos gerais, no ano 2002, aproximadamente 46,25% da população do Estado têm seus domicílios ligados à rede geral de distribuição de água e dispõem de canalização interna, sendo que 95,67% desses domicílios encontram-se

na zona urbana. O inverso desta informação é que somente 4,33% dos domicílios rurais estão beneficiados com água canalizada, sendo que 81,58% dos domicílios não estão ligados à rede geral e têm outras fontes como fornecedoras de água.

Estes fatores refletem de modo direto nas estatísticas envolvendo a mortalidade infantil. Em resposta às atitudes governamentais e de Organizações Não Governamentais, a mortalidade infantil tem decrescido muito, mas a sua ocorrência ainda é registrada em número bastante elevado. Em 1992, a mortalidade infantil era de 58,7 crianças mortas para cada 1.000 nascidas vivas. Este número caiu para 45,3, no ano 1999. Os dados para o ano 2003 não se encontram disponíveis, mas certamente são menores que os de três anos atrás. E modo geral, os ganhos têm sido maiores no Piauí em relação à média do Nordeste, todavia, maiores que as taxas brasileiras.

Na mesma linha de raciocínio é feita a análise da expectativa de vida ao nascer, que era de 63 anos, em 1992, atingindo 65,3 anos em 1999.

Tabela 16 - Brasil, Nordeste e Piauí: índice de mortalidade infantil 1992-1999

Área Geográfica	Taxa de Mortalidade Infantil (Por 1000 Nascidos Vivos)		
	1992	1999	VAR (%)
Brasil	43,0	34,6	-19,53
Nordeste	65,2	53,0	-18,71
Piauí	58,7	45,3	-22,83

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Tabela 17 - Brasil, Nordeste e Piauí: Esperança de Vida ao Nascer 1992-1999

Área Geográfica	Esperança de Vida ao Nascer (Em Anos)		
	1992	1999	VAR (%)
Brasil	66,3	68,4	3,17
Nordeste	63,1	65,5	3,80
Piauí	63,0	65,3	3,65

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000.

No que tange à educação, este início de século encontra o Piauí com uma população alfabetizada da ordem de 70,56%, (ano 2001), portanto com uma parcela não alfabetizada correspondente a 28,30% da população.

O Ensino Fundamental tem centralizado um enorme esforço governamental, alcançando níveis de matrícula da ordem de 98% do total de crianças dos 7 a 14 anos, matrículas incentivadas pelos programas federais existentes, apoiadas pelo governo do Estado. O desafio que se segue consiste da melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Os estudantes da rede pública não têm suficiência de preparo para competir com os seus colegas dos melhores colégios da rede privada. Neste sentido, a função do Poder Público será a de prover as escolas com professores adequadamente preparados para o magistério, bem como dotar as escolas das melhores condições de trabalho, nos aspectos tecnológicos e de infra-estrutura geral.

De acordo com estatística do IBGE/PNAD (2002), estavam matriculados no ensino fundamental, 770.505 estudantes de mais de 5 anos de idade; 15.820 estudantes no Supletivo, 140.824 estudantes no ensino médio, e 50.519 estudantes matriculados no Nível Superior.

Deve-se ressaltar igualmente que o Governo do Estado tem desenvolvido a política de repasse das responsabilidades quanto à gestão do Ensino Fundamental para os municípios, seguindo as orientações legais e políticas do setor. Caberá assim, à administração estadual a responsabilidade pela universalização dos serviços do Ensino Médio.

Este quadro geral do Estado, oferece antecipadamente a dimensão dos desafios propostos à administração estadual nos próximos quatro anos. Muito especialmente, procurou-se estabelecer um diagnóstico claro das dificuldades relativas a dois obstáculos principais para a superação da situação de pobreza da população estadual: o baixo dinamismo da economia e os baixos índices de qualidade de vida, principalmente quando considerada a situação educacional da população piauiense.

2. Principais Problemas a Enfrentar:

A descrição dos principais problemas a enfrentar no Estado do Piauí deve ser iniciada pela caracterização da metodologia que a atual administração implementou para realizar um largo processo de consulta aos cidadãos piauienses, optando por uma estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazos, com ênfase na atuação nos planos local e regional, privilegiando como instrumentos, a consulta e a participação efetiva dos municípios, comunidades e regiões.

Tratou-se, portanto, de uma consulta sobre o perfil dos problemas de políticas públicas estaduais, através de uma ação integrada de planejamento envolvendo todos os órgãos, programas e projetos do governo do Estado. Buscou-se ainda o apoio das organizações da sociedade civil e empresas privadas, mediante um conjunto de atividades regionais capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo das diversas instituições para promoção do desenvolvimento regional sustentável.

O objetivo do governo, ao implementar esta agenda participativa, é promover e coordenar o processo de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável do Estado do Piauí, até que possamos alcançar um formato adequado de elaboração participativa da peça orçamentária anual. As ações, em seu todo, visam a:

- (i) Coordenar as iniciativas de desenvolvimento em andamento ou planejadas no Estado do Piauí;
- (ii) Construir de modo participativo os eixos estratégicos regionais norteadores do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável;
- (iii) Estabelecer os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí;
- (iv) Demarcar a presença do Governo do Estado nas regiões;
- (v) Estreitar a relação Estado/Municípios;
- (vi) Otimizar os recursos públicos disponíveis;
- (vii) Elaborar os Planos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável;
- (viii) Implementar proposta regional de geração de renda;
- (ix) Formatar e incrementar os arranjos produtivos locais;

- (x) Implantar novas institucionalidades nas comunidades, municipais e regionais (rede de institucionalidades para gerenciamento do desenvolvimento nos âmbitos local, municipal e regional).

Na linha de frente destas atividades cujo horizonte abrange o curto, médio e longo prazos, esteve a realização de Conferências Regionais de Desenvolvimento. Temos ainda, neste momento, a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Sustentável, e, futuramente, a elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento e implantação de Novas Institucionalidades Regionais.

Como já afirmado, a primeira etapa da proposta, as Conferências Regionais, se iniciou com um Seminário de Articulação de Parceiros para o Desenvolvimento Regional do Piauí, com o objetivo de apresentar a proposta de planejamento regional, mapear as ações/instituições que estão com atividades nos municípios e regiões e formar um grupo interinstitucional para a condução das conferências.

A seguir foram levados a efeito 11 eventos que compuseram a programação de planejamento participativo para elaboração deste Plano Plurianual 2004/2007, realizados então, nos seguintes municípios: Esperantina, Campo Maior, Parnaíba, Teresina, Valença, Picos, Oeiras, São Raimundo Nonato, Floriano, Uruçuí e Corrente. As Conferências foram organizadas de modo que as regiões escolheram representantes de todos os municípios para participar, imprimindo representatividade/legitimidade para elaboração de eixos de desenvolvimento e identificação de projetos prioritários adequados às realidades regionais, contemplando todas as áreas da gestão estadual (saúde, educação, desenvolvimento rural, etc.).

Para privilegiar todas as áreas da gestão estadual, houve a composição de salas temáticas de diagnóstico e planejamento para que os grupos trabalhassem temáticas específicas, analisando a realidade atual e propondo mudanças compatíveis com as dinâmicas da realidade local.

Em cada município e região trabalhados foram constituídos **grupos de trabalhos temáticos** (no âmbito das comunidades e por segmentos) para elaboração ou atualização dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local

Sustentável, e representação dos municípios nos eventos regionais. Esses grupos foram capacitados para acompanhar e supervisionar o processo de elaboração dos planos nos municípios e regiões.

Nas regiões que já dispunham de planos elaborados (Grande Teresina), a proposta foi trabalhada de modo a validar o trabalho anterior e atualizar os eixos de desenvolvimento regional, ocorrendo o mesmo com os planos municipais de desenvolvimento local sustentável.

A elaboração dos planos municipais, etapa posterior às conferências e com execução em andamento, é terceirizada e visa ao objetivo de que não se perca a mobilização iniciada com as Conferências. Assim, foi definida uma estratégia que permita a elaboração dos planos em momentos diferentes, facilitando o processo de acompanhamento.

As entidades/empresas envolvidas seguiram/seguem os passos metodológicos definidos pela SEPLAN, que também especifica a qualidade dos produtos resultantes dos trabalhos contratados. Além do plano de desenvolvimento, o processo gera também um plano de capacitação regional, que será apoiado e/ou executado pela Unidade de Apoio ao Planejamento Municipal (UAPM/SEPLAN).

Paralelamente a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Sustentável, o Estado prosseguirá, no médio prazo, com a elaboração dos Planos Regionais, a constituição das institucionalidades regionais e implementação dos projetos priorizados nos fóruns regionais, envolvendo outros setores da sociedade e instituições públicas.

Uma vez elaborados, os planos também funcionarão como norte para as discussões das ações do governo no âmbito dos municípios e regiões, tornando-se elemento balizador para elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável e dos orçamentos anuais.

Vale ressaltar que para os fins da elaboração deste Plano Plurianual 2004/2007, algumas das etapas de médio prazo não tiveram tempo de ser implementadas, importando a agregação e revisão de suas demandas e conteúdos para a revisão do Plano, cujo previsão legal é de que ocorra no ano de 2005. Ter-se-á portanto, implantado em definitivo o processo de Planejamento Participativo

estadual, que incluirá também consultas sobre os orçamentos anuais, o chamado Orçamento Participativo.

Segue abaixo, uma exposição gráfica do processo metodológico formulado e que vem sendo seguido pelo Governo do Estado, na tentativa de absorver a participação da sociedade civil organizada nas decisões sobre o desenvolvimento estadual.

PROCESSO METODOLÓGICO:

11 eventos: Conferências Regionais de Desenvolvimento

ESPERANTINA / PICOS / OEIRAS / VALENÇA DO PIAUÍ / SÃO RAIMUNDO NONATO /
PARNAÍBA / TERESINA / CAMPO MAIOR / FLORIANO / URUÇUÍ / CORRENTE

223 Municípios
16 representantes
de cada município

Procedimento Metodológico para Ação Regional

Identificação

PROBLEMAS

E

POTENCIALIDADES

E

OPORTUNIDADES

AMEAÇAS

Sistematização

PROBLEMAS

SOLUÇÕES

EIXOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS E AÇÕES NAS ÁREAS:

Plano Plurianual do Estado do Piauí

BALIZADORES DOS PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

PMDLS

Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável

Novas Institucionalidades locais, municipais e regionais

Implementação dos Projetos Prioritários

2. 1. Descrição dos Problemas:

É importante mencionar, como ponto de partida, que para fins do Plano Plurianual 2004/2007, optou-se por uma estratégia de apresentação dos principais problemas levantados nas Conferências Regionais e no âmbito da própria administração estadual, em torno de cinco eixos básicos: pobreza e qualidade de vida; desemprego e ausência de alternativas de renda monetária; segurança pública; burocracia e administração pública; e infra-estrutura econômica e social.

Trata-se portanto, de dar concretude à perspectiva sistêmica que foi anunciada anteriormente neste documento, enfoque este que procura conferir organicidade à apresentação posterior dos programas governamentais desenvolvidos pelo Poder Executivo, que serão desenvolvidos ao longo dos próximos anos, balizando assim a resolução dos diversos problemas aqui apontados.

2.1.1. – Pobreza e Qualidade de Vida:

Um dos pontos mais patentes de obstáculo à vida do cidadão piauiense é a pobreza e as péssimas condições de vida que se verificam na grande maioria das regiões do Estado. O problema é, obviamente, multicausal e tem relação com uma ordem ampla de fatores:

- regularização da propriedade da terra para proteção dos bens familiares;
- dificuldades de acesso a mercados para venda dos produtos;
- baixa produtividade das atividades econômicas em geral, não apenas na agropecuária, mas também no comércio e nos serviços, com avanço da informalidade;
- dificuldade de acesso aos ensinos médio em várias regiões;
- deficiência e precariedade do funcionamento do ensino superior;
- dificuldade de acesso a água p/consumo humano;
- ausência e/ou precariedade do atendimento médico municipal;
- dificuldade de convivência com o regime irregular de chuvas.

2.1.2. – Desemprego e Ausência de Renda Monetária:

Neste conjunto de problemas aparecem os principais estrangulamentos detectados para que o cidadão possa auferir renda monetária. São apenas quatro ordens de problemas, que se relacionam ao desemprego em si, até as poucas oportunidades surgidas para jovens e adultos em idade ativa, que, no geral, têm sido levados ao mercado informal para obter o seu sustento. São então os problemas:

- falta de ocupação para os jovens em idade escolar, principalmente os que não conseguem acesso ao ensino médio;
- subemprego ou ausência de assinatura da Carteira de Trabalho, nos setores rural e urbano da economia;
- ausência de qualificação para o trabalho nas poucas oportunidades abertas pelo mercado;
- acesso a crédito, nos setores rural e urbano da economia;

2.1.3. – Segurança Pública:

Na área da segurança, os principais problemas são bastante conhecidos e têm um histórico consolidado, que só poderá ser mudado no médio prazo, de vez que exigirão investimentos no aparelhamento policial, na infra-estrutura de delegacias e, do ponto de vista da justiça, há que atentar para a ampliação das vagas do sistema penitenciário estadual. Cabe então, afirmar que, do ponto de vista da população, algumas áreas parecem ainda pouco visíveis, como são exemplos o sistema penitenciário e o papel do Corpo de Bombeiros, que raramente foi lembrado, embora constitua corporação extremamente significativa na proteção do cidadão.

Desta forma, dois foram os principais problemas citados a partir das consultadas executadas podem ser assim resumidos:

- violência, principalmente nas cidades de médio porte, onde há escassez de policiamento preventivo e determinadas áreas urbanas mais pobres já convivem com a existência de gangues de jovens, muitas vezes alimentadas

por pequenos delitos e, em Teresina, manifestam-se vinculações com tráfico e uso de entorpecentes;

- violência e falta de aplicação de critérios de justiça na maioria dos pequenos municípios do Estado, cujo aparato policial é pequeno e tem ligações políticas com o Poder Público municipal;

2.1.4. – Infra-estrutura Econômica e Social:

Nesta seção estão concentradas as principais reivindicações da população, com uma notável superposição de problemas semelhantes para a maioria dos municípios. Estradas, abastecimento d'água, eletrificação rural, saneamento (banheiros residenciais) e equipamentos sociais (creches, escolas, postos de saúde e hospitais) são demandas recorrentes.

Neste contexto, as questões ambientais ainda parecem pouco afeitas ao juízo de problemas levantados, estando um tanto à parte no contexto geral das reivindicações levantadas nas 10 reuniões realizadas no interior do Estado.

São, portanto, mais demandadas pela população piauiense as seguintes obras e serviços:

- inexistência de barragens e açudes, bem como perfuração de poços artesianos em número suficiente para a sustentabilidade das atividades produtivas;
- ausência de canalização do abastecimento d'água em número significativo de municípios, especialmente nos recém-emancipados;
- necessidade de abertura ou recuperação de trechos rodoviários entre diversas localidades do interior, seja ligando municípios, seja pela ligação de localidades à sede municipal;
- atrasos na distribuição de mudas e sementes para os agricultores;
- precariedade da rede de eletrificação rural, com ênfase para as localidades recém-emancipadas;
- urgência da presença de uma estrutura de extensão e apoio técnico rural;
- necessidade de investimentos na infra-estrutura das cidades, com pavimentação e construção de habitações populares;

- ausência de condições de armazenamento de produtos e apoio às cooperativas locais de produção;

2.1.5. – Burocracia e Administração Pública:

No que é relativo à atuação da máquina pública estadual, parece existir um desconforto generalizado com as condições em que vem sendo feito o atendimento às necessidades do cidadão piauiense, de vez que em todas as áreas há reclamações quanto à profissionalização e capacitação do servidor; à infra-estrutura física de atendimento, com escolas, creches, hospitais e postos de saúde em estado físico de conservação bastante defasado; sem falar nas reivindicações internas ao setor público, advindas dos servidores públicos do interior, que, a exemplo dos que moram na Capital, têm dificuldades relativas à baixa remuneração e às condições de trabalho.

3. Síntese das Políticas Públicas:

Como já mencionado, as políticas públicas delineadas para o quadriênio 2004/2007 no Piauí estão relacionadas aos cinco eixos de intervenção estatal que decorrem da análise dos principais problemas detectados pelas Conferências Regionais e, também, por parte daquelas questões que se fizeram importantes no contexto da discussão interna aos órgãos governamentais, inclusive a partir dos diagnósticos realizados ainda no período de transição governamental, no final do ano de 2002.

Os eixos são: desenvolvimento social; desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda; segurança para os cidadãos; modernização administrativa; e planejamento e infra-estrutura. A eles correspondem 69 (sessenta e nove) programas governamentais, que foram constituídos a partir da análise dos problemas detectados e cujas condições de financiamento estarão descritas nos anexos pertinentes deste Plano. Pretende-se, ao longo dos quatro anos de sua execução, alcançar investimentos globais na administração pública estadual da ordem de R\$ 1,9 bilhão.

Deste montante, cerca de 20%, ou seja, algo em torno de R\$ 400 milhões deverão advir de recursos do Tesouro Estadual, o recurso restante deverá ser aportado via convênios e transferências com o Governo Federal e, também, através de contratos de empréstimos com organismos multilaterais, como deverá ser o caso do Programa de Integração Rodoviária, e do Programa de Incentivo ao Turismo, PRODETUR, Fase II. Neste sentido, a estratégia básica é a da multiplicação dos recursos pela via da garantia de contrapartidas adequadas,.

Ressalte-se igualmente, que uma área sensível e de forte impacto sobre a economia e sociedade estaduais, o setor elétrico, com a federalização da CEPISA, já não mais estará sob a direção do poder estadual. No entanto, em face da aprovação do Fundo de Universalização do Acesso à Energia, estão previstos recursos para a área neste Plano 2004/2007.

Merece destaque a soma dos recursos que deverão custear as áreas sociais (assistência, educação, saúde e saneamento), que perfarão R\$ 3,4 bilhões dos valores de custeio e manutenção totais nos próximo quadriênio. Registre-se

que, neste mister, temos um dos principais efeitos das vinculações jurídicas de percentuais elevados do orçamento público nesta área. Cabe salientar que, apesar da positividade do fato, há um outro aspecto a ressaltar em decorrência deste mesmo conjunto de circunstâncias; são às vezes escassos os estoques de recursos disponíveis para aplicação na área de infra-estrutura e apoio às atividades produtivas.

Desagregando os valores e programas em função dos eixos de problemas a serem atacados pode-se apresentar a síntese das políticas públicas no quadriênio 2004/2007 da seguinte maneira:

Eixo 1 – Desenvolvimento Social:

**Tabela 1 – Lista de Programas Governamentais voltados à resolução dos problemas da área de desenvolvimento social
TOTAL DO PPA (Em real 1,00)**

Programas Consolidados	Total
ATENÇÃO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO JOVEM	23.670.556
PROTEÇÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA	37.791.345
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	22.981.041
FOMENTO À ORGANIZ. E À PROM. DOS DIR. DE CIDADANIA	384.725
FOME ZERO	42.489.387
INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	6.874.323
<i>DESENVOLVIMENTO E COMBATE À POBREZA</i>	223.053.143
AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	29.996.560
CONTROLE DE ENDEMIAS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	137.365.494
FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SUS	513.021.408
<i>HABITAR PIAUÍ</i>	246.732.080
<i>SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA</i>	252.323.113
<i>DESENVOLVIMENTO URBANO</i>	51.927.708
FOMENTO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA	57.934.624
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	4.980.700
DEMOCRAT. DA CULTURA E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA	11.704.008
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	13.172.664
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À ESCOLA	1.099.489.929
ELEV. DO PADRÃO DE QUAL. DA REDE PÚBL. DE EDUCAÇÃO	278.443.452
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	27.847.534
GESTÃO DAS POL. PÚBL. DO SETOR EDUCACIONAL	276.119.960
ESCOLA IDEAL	39.480.000
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	96.141.100
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	15.055.201

Eixo 2 – Desenvolvimento Econômico e Geração de Trabalho e Renda:

Tabela 2 – Lista de Programas Governamentais voltados à resolução dos problemas da área de desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda

TOTAL DO PPA (Em real 1,00)

Programas Consolidados	Total
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO	30.486.190
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	826.109.764
ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	1.487.032
DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.205.100
INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES	448.672
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	7.559.400
INTERMEDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	8.569.223
METROLOGIA LEGAL	7.917.897
COMBATE AO DESPERDÍCIO	2.988.459
FORTALECIMENTO DO TURISMO	95.778.608
INCLUSÃO E DESENV. DA AGRICULTURA FAMILIAR	67.238.932
SEMENTES E MUDAS	1.936.300
INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	35.396.272
DEFESA AGROPECUÁRIA	2.850.360
CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO - PPCSA	42.064.991
IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA	17.182.255
INCENTIVO AO AGRONEGÓCIO	814.585.872
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1.224.060

Eixo 3 – Segurança para os Cidadãos:

Tabela 3 – Lista de Programas Governamentais voltados à resolução dos problemas da área Segurança e Justiça

TOTAL DO PPA (Em real 1,00)

Programas Consolidados	Recursos Tesouro Estadual
PRISÃO SEGURA, SOCIEDADE PROTEGIDA	16.757.800
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	14.156.600
PREVENÇÃO E PREP P/ EMERGÊNCIAS E DESASTRES	7.525.632
RESPOSTA AOS DESASTRES E ACIDENTES	6.741.800
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	80.176.900

Eixo 4 – Modernização Administrativa:

Tabela 4 – Lista de Programas Governamentais voltados à Modernização Administrativa

TOTAL DO PPA (Em real 1,00)

	Total
DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	11.704.008
GOVERNO TRANSPARENTE	5.141.804
ADMINISTRAÇÃO FISCAL EFICIENTE - PROMOTAF	30.124.128
MODERNIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	34.195.681
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	19.417.806
QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR PÚBLICO	18.028.770
MONITORAMENTO E AVAL. DE POLÍTICAS PÚBLICAS	2.695.588

Eixo 5 – Planejamento e Infra-Estrutura:

**Tabela 4 – Lista de Programas Governamentais voltados ao Planejamento e à Infra-estrutura Estadual
TOTAL PPA (Em real 1,00)**

Programas Consolidados	Total
GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	6.449.620
PLANEJ., APROVEIT. AMPLIAÇÃO DA OFERTA HÍDRICA	39.663.847
COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.122.760
GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE	9.566.730
CONSERVAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS	4.311.560
PROÁGUA - SEMI-ÁRIDO	6.393.228
INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA	75.568.600
DESENV. DOS TRANSP. E INTEGRAÇÃO MULTI-MODAL	544.126.090

4. Amortização da Dívida de Longo Prazo

**Plano Plurianual 2004/2007
Previsão de Encargos das Dívidas Interna e Externa**

AÇÃO	2004	2005	2006	2007	TOTAL
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
Amortização do Principal de empréstimo interno.	108.331.000	75.622.000	66.407.000	62.858.000	313.218.000
Encargos com execução de sentenças judiciais – investimento	148.738.794	46.710.000	54.086.00	62.626.000	312.160.794
Amortização do Principal de empréstimo externo.	17.138.942	18.485.000	19.913.000	7.266.000	62.802.942
TOTAL GERAL	279.307.671	148.817.000	148.406.000	140.750.000	717.280.671

METAS
MACROECONÔMICAS E
SOCIAIS

ANEXO II

Os Objetos e Metas a Alcançar:

O Plano Plurianual é um documento resumo do conjunto de propostas regionais que baliza o planejamento estadual, servindo como referência para a elaboração das leis anuais do orçamento. Neste sentido, configura-se como um instrumento de promoção da participação política, que visa a concretizar a idéia teórica do planejamento participativo, com o objetivo de construção da justiça social. Como apresentado nesta versão 2004/2007 tem como metas estratégicas principais:

1. a garantia do deslançar do processo de desenvolvimento econômico e social, com a erradicação da pobreza e da miséria estaduais;
2. a concretização das ações necessárias à modernização administrativa estadual;
3. e a implementação de um sistema de segurança e justiça adequado às condições piauienses, com requisitos de qualidade e eficácia;

Para concretização destes objetivos, cabe descrever as metas macroeconômicas e sociais gerais que deverão ser o requisito mínimo a conquistar no próximo quadriênio:

Discriminação	Unidade	2003^(*)	2007
PIB Total	R\$ bilhões	8,2	10,3
Agropecuária	% no PIB Total	11,0	13,8
Indústria	% no PIB Total	26,0	29,9
Comércio	% no PIB Total	63,0	56,3
PIB <i>per capita</i>	R\$ 1,00	2.059,20	2.574,00
Valor das Importações (FOB)	Us\$ 1.000	11.694	18.710
Valor das Exportações (FOB)	Us\$ 1.000	72.100	86.520
Saldo da Balança Comercial	Us\$ 1.000	60.406	67.810
Analfabetismo	% pessoas	28,30	5,0
Mortalidade Infantil	Por 1.000 nascidos vivos	45,3	36,2

(*) Estimativas realizadas pela Unidade de Planejamento Estratégico (UPE/Seplan), com base em dados do IBGE (PNAD/2002 e Censo 2000)